

SILVA, Rose Cléia Ramos; TORRES, Artemis.  
**Conselhos escolares e democracia: lemas e dilemas.** Cuiabá: EdUFMT, 2008. 76 p. [Coleção Educação e Democracia, v. 3]

Ivone Maria Ferreira da Silva<sup>1</sup>

Como resultado de pesquisa realizada pelas professoras Ms. Rose Cléia Ramos da Silva e Dra. Artemis Torres, do Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, o livro que ora apresentamos traz um título no mínimo instigante: *Conselhos escolares e democracia: lemas e dilemas*, passando a compor uma leva de estudos qualitativos no campo da democratização das Políticas, no Brasil dos anos 90.

É sabido que a redemocratização da sociedade brasileira pós-88, definiu, no plano jurídico-formal, mas, sem dúvida alguma, também no plano político e social, um conjunto de direitos que há muito se transformaram em bandeiras reiterativas dos movimentos sociais, populares, partidários e sindicais nos diferentes campos e setores das lutas sociais no país. Apenas para mencionar alguns exemplos dessas conquistas: a Reforma Sanitária, que culminou na implantação do Sistema Único de Saúde, pelas Leis: 8.080 e 8.140, alterando, além do modelo de assistência, também as formas de financiamento, gestão e, principalmente, a inclusão de mecanismos democratizadores como os conselhos e conferências de saúde nos vários níveis, rompendo com o modelo médico-previdenciário privatista e individualizado, predominante no país por quase 70 anos. No campo dos direitos da criança, a formulação e regulamentação do Estatuto da Criança e do Adolescente/ECA, em 1990. Em que pese as polêmicas ainda existentes, esse estatuto busca transformar “menores abandonados” em crianças e adolescentes portadoras/es de direitos. Da mesma forma ocorreu no campo da Assistência Social, mediante a criação da Lei Orgânica da Assistência/LOAS, em 1995. Enfim, tais conquistas têm significado uma verdadeira institucionalização das expressões renovadas da questão social no Brasil.

No setor da Educação não foi diferente, pois surgiram mecanismos análogos

---

1 Doutora em Serviço Social pela PUC/SP. Professora da Universidade Federal de Mato Grosso. Endereço profissional. Av. Fernando Correa da Costa, s/n, Coxipó, Cuiabá-MT. CEP 78.060-900.

às demais políticas sociais no sentido do acesso, da organização, financiamento e gestão das políticas educacionais brasileiras. Segundo as autoras, quanto à gestão, as lutas foram travadas em torno da construção de um modelo de escola inspirado num projeto societário democrático e mais justo, contestando, assim, a lógica vigente da administração empresarial para a escola pública.

Mas, *nem tudo são flores*, diriam alguns, já que a década de 90 significou a consolidação de outro projeto: o da reordenação no campo da economia política, em que a palavra de ordem em toda América Latina veio do Fundo Monetário Internacional/FMI e seu receituário neoliberal: mais mercado e menos Estado, legitimando o conceito que não é novo, mas que o debate acadêmico passou a entronizar: “globalização”.

Da “globalização”, podemos resumir que a maioria das análises não apresenta uma leitura positiva; mesmo aquelas que lhe são apologéticas, pois que não têm representado ganhos efetivos, quando as inovações ainda se restringem à esfera das finanças, com o crescimento apenas do capital especulativo. Logo, o poder é o do grande capital, o que diminui a ação das sociedades nacionais. As conseqüências desse processo são bastante indesejáveis: aumento do desemprego, fragilização do mundo do trabalho, insegurança social, áreas geográficas abandonadas e um contingente de massas humanas que se tornam “inúteis” - desnecessárias à rentabilidade do sistema (BENJAMIN et al. 1998).

Outro aspecto mencionado por mais de um autor/a é o de que a “globalização” não se refere apenas a um processo isolado da economia, mas resulta, também, de acontecimentos emblemáticos para os novos tempos: O fim da Guerra Fria, no plano econômico; da utopia comunista, no plano político, e ainda, a crise do Estado de Bem-Estar, no plano social.

Como avançar com as conquistas anteriormente mencionadas mediante questões estruturais e conjunturais tão desafiantes? Aqui reside um dos “nós” a serem desatados, e o livro das professoras Rose Cléia Ramos e Artemis Torres, ao delimitar uma experiência de gestão escolar, tendo como objeto de estudo o CDCE – Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar de uma escola premiada da rede estadual de Mato Grosso sinalizou entre outros desafios justamente este: as limitações de tais mecanismos frente ao modelo neoliberal de um Estado totalmente monopolizado e cooptado pela hegemonia do grande capital.

Então, como as autoras enfrentam, em especial, os dilemas apresentados nos limites reguladores desses conselhos? Quando, amparadas numa análise bordenaveana, argumentam que é preciso não perder a conquista do espaço, nem a esperança de participar, a fim de se resgatar o caráter propositivo desses espaços de democratização. Todavia, defendem que é imperativo que a participação saia do nível simbólico: da ilusão de participar para a participação social concreta.

Para tanto, faz-se necessário então, envolver a comunidade num outro nível de participação: aquela em que os sujeitos sejam portadores de consciência social e, portanto, capazes de tomar decisões reais no encaminhamento e formulação de políticas educacionais democráticas e socialmente referenciadas, ainda que no nível local. Esse desafio, que não se restringe às lutas pela democratização da educação, não é fácil de ser resolvido frente a uma conjuntura de desmonte da nação e de novos rumos da luta de classes no Brasil.

Recebimento em: 05/12/2008.  
Aceite em: 05/12/2008.